

# Refletindo<sup>1</sup> sobre a Dimensão Privada da Educação Estatal<sup>2</sup>

Clementina Marques Cardoso



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

## Resumo

*O que vem acontecendo à escolarização estatal requer, por um lado a caracterização da participação de entidades privadas e, por outro, a caracterização simultânea da transformação das instituições do estado. As exigências de análise que se nos impõem, no que se refere, por exemplo à caracterização das entidades privadas que participam nesses processos, incluem estudos que não estão previstos nas análises tradicionais da administração pública e das políticas sociais e educativas.*

## Reflecting on the Private Dimension of State Education

### Abstract

*What is happening to state schooling requires, on the one hand, the characterization of private entities' participation in state education and, on the other hand, the simultaneous characterization of the way in which state institutions are transforming themselves to promote and facilitate such participation. The demands presented to research today in relation, for example, to the characterization of the private entities that participate in state education, include studies that have not been part of traditional research exercises in public administration, social and education policy.*

## A Dimensão Privada da Educação Estatal

Atualmente, a escolarização, os sistemas de educação mas também o seu financiamento e a sua gestão e direcção, por um lado, e os processos de

---

<sup>1</sup>Partes deste texto serviram de base a Palestras no Departamento da Educação da UNESP, Rio Claro e na Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas em Agosto e Setembro de 2009. A autora agradece aos alunos e colegas destas Universidades os contributos para a discussão deste tema durante as respectivas palestras.

<sup>2</sup>Estas considerações decorrem de trabalho anterior, nomeadamente “do público ao privado” publicado em Barroso (2003) e “o publico no privado e o privado no público” publicado em Adrião & Peroni (2004) e estão relacionadas com pesquisa (SFRH/BPD/26128/2005) e trabalho atuais (Marques Cardoso, 2008 e 2009) e em preparação.

privatização da escolarização, por outro, estão a ser contestados em igual medida.

O privado e o estatal movem os desejos e as conversas quotidianas do público em geral, e dos meios de comunicação social, os estudos e análises dos sistemas educativos, e as estratégias de mercado e de comercialização das empresas. Por isso, vale a pena reflectir sobre qual é a base sobre a qual se estabelece a contestação da escolarização estatal que permite a incorporação do privado comercial e não comercial na escolarização e educação em geral e a natureza do que se entende por privatização.

A dimensão privada da educação tem, em geral e em todos os países, várias formas. Por isso, quando analisamos esse dimensão, é necessário especificar, logo à partida a que dimensão nos referimos. É possível distinguir, desde logo, pelo menos 3 das formas que podem constituir a dimensão privada da educação:

- a primeira pode ser identificada com a escolarização que precede a constituição dos sistemas nacionais de educação em escolas privadas ou em casa;
- a segunda com a escolarização contemporânea paralela em escolas privadas ou em casa e
- a terceira com a formulação de políticas educativas, a sua implementação, financiamento, inspecção, avaliação e provisão de educação em escolas estatais integradas em sistemas nacionais de ensino.

Esta reflexão concentrar-se-à nesta terceira forma e distingue-se, por isso, embora não esteja dissociada das discussões relativas à escolarização em escolas privadas ou em casa que são características dos debates relativos, por um lado, ao desenvolvimento e à constituição de sistemas públicos de educação e, por outro à obrigatoriedade da escolarização em ambiente escolar.

A análise da dimensão privada da formulação de políticas educativas, da sua implementação, do financiamento, da inspecção, da avaliação e da provisão de educação em escolas estatais integradas em sistemas nacionais de ensino, exige que se enuncie, desde logo a distinção entre três tipos de privatização:

- a privatização que está associada à detenção e ao controlo efectivo da propriedade das infraestruturas e dos recursos materiais e humanos por empresas ou por entidades não empresariais,
- a privatização onde a propriedade se mantém no domínio público, estatal e
- a privatização que ocorre por transferência de competências, funções e actividades estatais para os sectores privados empresariais e não empresariais.

O primeiro tipo, a privatização da propriedade das instituições, está normalmente associado à alteração do regime jurídico e controle de serviços e infraestruturas públicos tais como, água, electricidade, telecomunicações e outros recursos naturais ou tecnológicos mas também à criação de patentes onde o controlo de recursos naturais é retirado às comunidades onde eles têm origem e o seu uso limitado a fins comerciais. Não é esta a dimensão privada que está na base desta reflexão.

A dimensão privada que serve de base a esta reflexão, refere-se aos dois últimos tipos. Nomeadamente, por um lado, a dimensão privada da educação onde a propriedade se mantém no domínio público, estatal e, por outro, a dimensão privada resultante da transferência de competências, funções e actividades estatais para os sectores privados empresariais e não empresariais.

O segundo tipo, o privado que se constitui no domínio público, refere-se à actuação de empresas e de organizações não empresariais nas instituições educativas, sejam elas escolas, municípios ou departamentos governamentais. (Esta distinção entre entidades empresariais e não empresariais é mais clara no que se refere ao estatuto jurídico dessas entidades do que à sua logica de actuação de gestão e provisão de serviços pois estas últimas são cada vez mais de natureza empresarial). Essa actuação nas instituições educativas é caracterizada por um movimento onde o privado é integrado no público sem que exista, necessariamente transferência de competências, funções e actividades estatais para os sectores privados. Esta actuação pode efectivar-se, na esfera estatal através da adopção, apropriação e integração de lógicas, mecanismos, instrumentos ou mesmo de recursos humanos. Exemplos deste tipo de privatização são a contratação de consultores por instituições estatais, a adopção de sistemas de gestão e financiamento de recursos materiais e humanos ou a aquisição de sistemas de aprendizagem por essas instituições, por exemplo.

O terceiro tipo de privatização, a transferência de competências, funções e actividades estatais para os sectores privados empresariais e não empresariais, refere-se ao movimento do público para o privado onde a gestão e controlo da educação municipal ou de funções ou actividades específicas, por exemplo é transferido, com recursos financeiros para entidades privadas e governada por contratos privados que regulam a comercialização de serviços e por convénios. Esta transferência de competências tem duas formas: a transferência efectiva de responsabilidades, funções ou actividades que eram exercidas por instituições do estado ou a atribuição de competências, através de processos de certificação,

por exemplo, a entidades privadas (comerciais e não comerciais) que o estado não tinha ainda exercido mas que são da sua competência e que lhe foram atribuídas pelas instituições políticas representativas da população.

A distinção que estabeleço entre estes dois últimos tipos de privatização, a privatização pela adopção do privado e a privatização pela transferência para o privado é uma exigência desta reflexão que não implica a existência destes dois tipos em separado. De facto, actualmente, estes dois tipos de privatização podem ser observados em simultâneo. A privatização de decisões, processos de formulação, implementação, gestão e financiamento ocorre em paralelo à transferência de responsabilidades, funções ou actividades públicas para entidades privadas através de processos de comercialização e de escolarização *civilista* (Marques Cardoso, 2009). Esta corresponde à tendência crescente para atribuir responsabilidades, funções e actividades estatais a entidades não profissionais e a instituições não estatais representativas de segmentos sociais. Esta privatização por transferência não implica a execução de responsabilidades estatais sem as instituições de estado. De facto este tipo de privatização inclui a execução em instituições de estado. Neste caso, as funções são transferidas mas executadas em instalações públicas e com recursos humanos do sector público.

No entanto, no interesse da análise e do estudo destas tendências mas também da necessidade de clarificar aspectos destas tendências aparentemente menos claros e frequentemente velados, ou ainda demasiadamente óbvios, é necessário estabelecer a diferença entre transferência de responsabilidades para instituições privadas integradas ou não nas instituições de estado e acções e processos de carácter privado integrados nas instituições estatais por acção ministerial ou assimilados e adoptados localmente pelas instituições estatais. Essa necessidade decorre do facto de que as várias componentes institucionais dos sistemas nacionais de ensino, saúde ou segurança social incluem agora entidades privadas e a sua presença não permite que se estude o impacto de políticas públicas utilizando os instrumentos de análise tradicionais. Não é a presença, por si só dessas entidades mas, em vez disso, as características dessa presença que exigem outros instrumentos teóricos e metodológicos de análise. Estes instrumentos incluem cada vez menos a reprodução de análises nacionais, entre outras, demasiado centradas em iniciativas específicas ou em análises limitadas a conceitos de natureza económica e à avaliação económica do desempenho individual da escola ou do aluno (Levin, 2008) ou demasiado descritivas que, por vezes se confundem com comentários a políticas e a iniciativas ou consultoria

(Plank & Smith, 2008), pois estas não respondem aos requisitos exigidos pelo estudo dos três aspectos da transfiguração mencionados abaixo. Por isso, elas correm o risco de limitar o estudo da dimensão privada da educação à avaliação pontual dos resultados de determinadas iniciativas sem explicação do impacto mais alargado da própria existência dessas iniciativas e sem questionar as expectativas de senso comum relativas ao processo de escolarização. Em vez disso, eles incluem cada vez mais pesquisas que, tendo carácter nacional e enfoque específico em dadas iniciativas, são capazes de generalização teórica (Adrião, Peroni, 2004 e 2008). Incluem também pesquisas centradas no estudo do financiamento local (Hansen, 2008). Este é, actualmente, caracterizado pela multiplicidade de fontes e usos de financiamento alternativo ao orçamento estatal e pela insuficiência e complexidade de registo das fontes de financiamento não governmental (p. 319) e, tradicionalmente, uma área de investigação que é difícil pelo “segredo que a rodeia” e o ‘paradoxo’ relativo ao processo orçamental (Jacobs, 2001:95). Esta dificuldade torna a sua pesquisa ainda mais necessária e a multiplicidade de fontes exige que tanto as fontes como os usos do financiamento, recorram a uma ‘abordagem centrada nos recursos’ (Marques Cardoso, 2006) já que o financiamento não estatal afecta não só a estrutura orçamental de cada instituição mas também a filosofia de ensino/aprendizagem, de gestão e o mandato escolar que actualmente responde à supremacia do desempenho individual. Neste sentido, o estudo do financiamento não é um exercício de carácter contabilístico mas um esforço centrado no questionamento filosófico do “custo humano e da pobreza intelectual da escolaridade” organizada em função do desempenho (Fielding, 2007, 383).

A participação de entidades privadas na formulação de políticas e na execução de funções e de actividades estatais, sob a forma de comercialização de funções governamentais e de escolarização civilista e via privatização por adopção ou por transferência, abrange um âmbito mais alargado do que o do fenómeno da privatização da propriedade das instituições.

Consequentemente, os modelos educacionais ou as práticas educacionais orientados para a democratização do acesso ao ensino, dos sistemas e das práticas de escolarização estão a ser transfigurados, em simultâneo com a tendência para que a natureza desses processos e o seu estudo sejam alterados.

Estes processos de transfiguração exigem que os nossos modelos e estratégias de estudo sejam revistos e informados pela necessidade de considerar três aspectos dessa transfiguração: 1) papel do estado na educação, 2)

obrigações do estado instituídas nas instituições democráticas e 3) impacto no trabalho dos educadores e na educação e escolarização em geral.

O contexto político, económico, institucional e geográfico do tipo de privatização abordada neste texto, é conhecido e tem vindo a instituir-se desde os anos 80 na Europa de forma diferenciada nos vários países. Os tipos de privatização têm vindo a combinar-se de diferentes formas e com diferentes ênfases em ambiente político-económico-social de natureza neoliberal e social democrata de terceira via. Este ambiente tem sido influenciado, por um lado, pelo conservadorismo político e social e, por outro, pelo incentivo à regulação informada pela adopção de princípios e de mecanismos de mercado na direcção e gestão da administração pública e das escolas e, nas relações estado-sociedade e nas relações sociais em geral.

A Inglaterra, é o país da União Europeia onde a tendência para a comercialização da educação tem adquirido características mais fortes. Da privatização por adopção característica dos anos oitenta e início dos anos 90, o sistema educativo inglês passou à privatização por transferência sem ter abandonado a anterior.

Esta forma de privatização efectivou-se através da regulação institucional e legislativa da autoria dos governos; da acção das autarquias (enquanto resposta aos constrangimentos impostos por essa regulação ou de livre iniciativa) e, finalmente, dos mecanismos de quasi-mercado que são accionados pelas famílias no exercício de escolha de escolas e, por famílias e outros no exercício da direcção nos conselhos escolares.

Este contexto político, económico, institucional e geográfico tem vindo a instituir-se desde os anos 80 num ambiente social onde a escolarização, os sistemas de educação mas também o seu financiamento e a sua gestão e direcção, e os processos de privatização da escolarização são contestados em igual medida.

A educação continua a ser o aspecto mais importante da vida de cada cidadão, de cada comunidade e de cada país e, agora também, do sector empresarial e financeiro.

A razão dessa dupla contestação decorre da incorporação dos desejos de cada comunidade e de cada pessoa, e dos objectivos empresariais e políticos, na educação.

A incorporação destes desejos e objectivos produz versões simultâneas de educação e de escolarização: escolarização para a produção de *capital* humano e educação enquanto projecto de enriquecimento social, pessoal e comunitário.

Estas duas versões, estão na base da contestação da natureza da escolarização enquanto, por um lado projecto e, por outro, processo mas também das estratégias públicas e privadas tendentes a usar a educação como forma de acumulação de capital humano e como canal de enriquecimento social, pessoal, comunitário e nacional.

A escolarização, enquanto processo de produção e de aquisição de conhecimento, é o aspecto mais importante da vida de cada cidadão porque, no momento actual, a escolarização continua a estar organizada à escala nacional e, a importância desta escala, no contexto actual de competição global pela produção, uso e protecção do conhecimento, tem vindo a intensificar-se.

Neste momento histórico, o estado e cada nação, estão organizados num sistema de competição económica pela aquisição, produção, comercialização e produção de conhecimento, que tem características semelhantes aos processos passados de industrialização, onde o crescimento económico comanda a desenvolvimento social.

Neste sistema, existe uma quase obsessão com a caracterização de pessoas, escolas, sistemas e formas de conhecimento de acordo com as dicotomias *bom/mau, melhor/pior*.

Esta atenção exagerada que é dada a essa caracterização, não é só uma consequência do sistema competitivo económico e social. Tudo isto, acontece em simultâneo com a caracterização de alunos, professores e escolas por referência também a essas dicotomias.

Esta caracterização, que pode ser institucional ou de carácter social e individual, serve normalmente para distinguir o que está dentro ou fora da definição do que o Eu considera que é o Outro e, é elaborada através da definição do Outro em termos de, entre outros, o uso da linguagem, a aparência física, o comportamento, a cor de pele, a nacionalidade, o lugar de residência, os gostos pessoais ou a etnia.

Assim, esta caracterização confunde-se cada vez mais com a avaliação dos objectivos incompletos dos sistemas educacionais do estado e das escolas, de permitir o acesso de toda a população à educação e o sucesso da sua participação escolar; de construir escolas com os equipamentos necessários; de formar professores tendo em conta o conhecimento e a experiência acumulados de ensino e, o conhecimento comunitário de cada região, cidade ou país e de financiar as escolas e o trabalho docente de forma a que os objectivos apresentados para a educação da população sejam cumpridos.

No actual ambiente económico, político e social, assiste-se a um abandono desse seu cumprimento e esse abandono verifica-se independentemente do grau de desenvolvimento de cada sistema educativo. A criação de um sistema educacional estatal de qualidade com objectivos de longo prazo que estejam relacionados com a cumprimento das exigências da cidadania e do desenvolvimento social, sem exclusão e segregação social ou étnica de alunos, está a ser abandonada em favor dos objectivos generacionais de curto prazo e de natureza individual.

Neste ambiente económico de globalização do conhecimento, os países não estão apenas a competir entre si; embora o crescimento económico de determinados países seja classificado, por si só e em simultâneo, enquanto aliado importante da estratégia económica global ou enquanto ameaça ao domínio de dadas regiões.

Actualmente, esta última classificação revela-se nas narrativas Europeias do crescimento económico do Brasil, da China e da Índia. As imagens destes países, nos territórios financeiros tradicionalmente dominantes das transacções económicas e financeiras globais, enquanto ameaça económica a esse domínio capturou as mentes de especialistas e do cidadão comum.

A globalização das transacções económicas de conhecimento é também a expressão da competição entre regiões mundiais pela apropriação de conhecimento cultural, ambiental, e da língua e pelo controlo ou monopólio dos meios de produção e de comercialização desse conhecimento, para o uniformizar ou para o utilizar como recurso económico de produção de conhecimento.

O exemplo mais imediato deste processo é o caso da produção de meios tecnológicos de tratamento de comunicação e informação e de produção de conhecimento pela Microsoft.

A produção de software por este grupo empresarial, uniformizou um modelo de tratamento de informação e de produção de conhecimento que incorpora várias línguas, que as submete a uma estrutura tecnológica única, como se tratasse de um instrumento dos produtos que comercializa. Desta forma, instrumentaliza conhecimentos locais e exclui culturas (particularmente culturas ricas em tradição oral), línguas e territórios, ao mesmo tempo que os substitui por outras culturas, línguas e territórios.

A educação e a escolarização situam-se entre estes processos. Por um lado a exclusão e, por outro a intensificação de outros conhecimentos. Estes últimos, por se terem transformado no passaporte para a participação nas rela-

ções laborais e económicas e no lazer, estão no centro da contestação.

Contestação, não só dos conteúdos dos programas de ensino, mas também da formação de professores; da definição das suas condições salariais e de trabalho; dos modelos de administração educacional e de gestão escolar; das funções governamentais para a educação; dos níveis de financiamento escolar e, da educação em geral.

O objectivo de longo prazo de acesso á educação por toda a população, tem sido concebido e materializado como sendo uma das funções das comunidades nacionais, que deverá ser cumprida com as instituições do Estado e com mecanismos públicos de decisão orientados pelos princípios de cidadania.

Enquanto processo, esse acesso teve, até aos anos oitenta, como meio de se efectivar, o estabelecimento de sistemas estatais nacionais de educação ou sistemas públicos de educação.

Estes têm expressões temporais diversas nos diferentes territórios mundiais. Em cada caso, o que caracteriza a dimensão pública desses sistemas é diferente.

A configuração do que é o nacional e a dimensão privada também são distintas nos vários países. Mas, em todos os casos, a reconfiguração das dimensões públicas e privadas da educação tem vindo a sobrepôr-se a essa diversidade nacional, cultural e institucional.

Em determinados países, a escolarização dos primeiros 17-19 anos de vida de cada pessoa é assegurada exclusivamente por escolas estatais e noutros o estabelecimento de sistemas educacionais públicos estão ainda em processo de construção. Nestes últimos, e no que se relaciona com o acesso, a dimensão privada da educação é mais acentuada. No projecto de educação e de escolarização estatais, os processos de formulação e de execução de políticas de gestão e de administração são de natureza pública. A dimensão privada da educação é, no caso desses últimos países, o reflexo da inexistência de meios de educação pública.

Em sistemas desenvolvidos de escolarização, a dimensão privada é a expressão de opções familiares pelo abandono de determinado projecto de escolarização nacional, existente em dado momento para o desenvolvimento de um país ou de uma comunidade.

Atualmente, as dimensões privada ou pública da educação estão fortemente vinculadas e quase que limitadas à imagem de escolas estatais e de escolas particulares e a sistemas nacionais de ensino estabelecidos, financia-

dos, administrados e geridos por instituições estatais.

Essas imagens, são construídas com base na aparência física das escolas; no grupo de professores e de alunos; nos recursos educacionais; nos modelos de disciplina e de gestão da sala de aula; nos programas de ensino; e na dimensão ética, filosófica específicas das escolas ou da escolarização. Estas são imagens muito concretas do que são as dimensões pública e privada da educação e da escolarização. Estas dimensões estão também associadas ao contexto familiar (enquanto dimensão privada da educação) mas esta não é aqui abordada.

A dimensão privada da educação estatal que constitui o objecto deste texto, está relacionada com três processos e tendências. Eles são:

- a contratação das funções e das actividades educacionais do estado e a sua consequente comercialização;
- a intensificação da provisão e do financiamento da educação escolar, por recurso a parcerias entre o estado (que mantem o controlo estratégico das funções), as entidades privadas não comerciais e as entidades comerciais
- o incentivo à incorporação das relações e dos princípios de mercado e dos modelos e princípios de gestão empresarial, na formulação de políticas educativas; na direcção e gestão escolares; no financiamento; e nas regras de acesso, inspecção e avaliação de escolas, professores e alunos.

Estes processos efectivam-se nos diferentes contextos e em diferentes formas, criando a dimensão **privada do público estatal** e a dimensão do **público/estatal privado**, dificultando, simultaneamente, a compreensão dos processos de privatização da escolarização e do património estatal actuais que ocorrem sem que haja privatização da propriedade dos recursos estatais.

Os fenómenos actuais de privatização estão mais associados à privatização das decisões e do financiamento do que da propriedade, embora esta também se verifique.

O carácter velado do que realmente está a acontecer à educação, exige a caracterização desses processos de contratação e de comercialização, do tipo de participação das instituições do estado nesses processos e de quem participa em cada país.

Se, por um lado, o que está a acontecer à escolarização estatal requer a caracterização da participação de entidades privadas, por outro, ela requer a caracterização simultânea da forma como as instituições do estado e o governo se estão a transformar nesta fase de abandono do cumprimento directo dos objectivos

de estabelecimento de sistemas de educação nacional sem diferenciação da população.

As exigências de análise que se nos impõem, no que se refere, por exemplo á caracterização das entidades privadas que participam nesses processos, incluem estudos que não são contemplados nas análises tradicionais da administração e gestão educacional ou política e que pesquisam a estrutura institucional e relacional das entidades privadas e o seu impacto nos três aspectos da transfiguração já mencionada: papel do estado na educação; obrigações do estado instituídas nas instituições democráticas; e impacto no trabalho dos educadores e na educação e escolarização em geral.

Tal pesquisa coloca, desde logo duas questões:

- quem são os fundadores de entidades privadas não comerciais?
- quais são as parcerias que as fundações de natureza não comercial estabelecem com sociedades de investimento ou com bancos; com empresas nas áreas das novas tecnologias ou das biotecnologias, por exemplo; com as instituições do Estado ou com outras fundações - neste caso, exige-se o mesmo tipo de caracterização destas fundações e do tipo de relações que são por elas estabelecidas. Cada vez mais, o setor não comercial adquire características que não estão associadas à imagem tradicional de organizações não governamentais, que actuam de acordo com princípios denominacionais ou com princípios relacionados com a defesa dos direitos humanos, por exemplo. Simultaneamente, as empresas globais têm cada vez mais instituições não comerciais incorporadas na sua estrutura e estas comportam-se como organizações não governamentais. Por sua vez, as organizações não governamentais integram cada vez mais os princípios da gestão empresarial e das relações de mercado na sua actuação. Por isso, as configurações que se nos apresentam na actualidade exigem que repensemos os nossos instrumentos de análise e de pesquisa a fim de explicar esta realidade.

## Referências

Adrião, T. e Peroni, V. (Orgs.) (2004) O público e o privado na educação: Interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo, Brasil: Editora Xamã.

\_\_\_\_\_. (2008) Público e Privado na Educação: Novos Elementos para o Debate. São Paulo, Brasil: Editora Xamã.

Fielding, M. (2007) 'The human cost and intellectual poverty of high performance schooling: radical philosophy, John Macmurray and the remaking of person-centred education', *Journal of Education Policy*, 22:4, 383 – 409.

Hansen, J. S. (2008) The Role of nongovernmental Organizations in Financing Public Schools. In Helen F. Ladd and Edward B. Fiske. *Handbook of Research in Education Finance and Policy*. London: Routledge.

Jacobs, K. (2001) 'Devolved Budget Making Within Local Authority Housing Departments: Staff Perceptions of Power and Control', *Local Government Studies*, 27: 2, 93-110.

Levin, H. (2008) Issues in Education Privatization. In Helen F. Ladd and Edward B. Fiske. *Handbook of Research in Education Finance and Policy*. London: Routledge.

Marques Cardoso, C. (2003) *Do Público ao Privado: Gestão Racional e Critérios de Mercado, em Portugal e em Inglaterra*. João Barroso, (org.) *A Escola Pública: Regulação, desregulação, privatização*, Porto, Portugal: Edições Asa.

\_\_\_\_\_. (2004) *O Público no privado e o Privado no público em Portugal e em Inglaterra*. In Adrião, T. e Peroni, V. (Orgs.) *O público e o privado na educação: Interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo, Brasil: Editora Xamã.

\_\_\_\_\_. (2006) *Financiamento Escolar: Fontes, Usos e Processo Político de Decisão*. Projecto de Investigação SFRH/BPD/26128/2005 Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal.

\_\_\_\_\_. (2008) *Government-Microsoft Partnerships: Supranational Formulation in Private and Public Policy*. *Globalisation, Societies and Education* Vol. 6 (3).

\_\_\_\_\_. (2009) *Governar o Estado para a Participação de Entidades Privadas na Provisão, Financiamento e Gestão dos Sistemas Educativos na União Europeia*. *Educação e Sociedade*. 108 (30).

Plank, D. N. & Smith, BA. (2008) *Autonomous Schools: Theory, Evidence and Policy*. In Helen F. Ladd and Edward B. Fiske. *Handbook of Research in Education Finance and Policy*. London: Routledge.

---

Clementina Marques Cardoso  
Profa. Dra. da Universidade de Londres  
E-mail: clemfmc Cardoso@gmail.com

---